

HABEAS CORPUS Nº 559.144 - MG (2020/0020365-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : MARCELO QUEIROZ MENDES PEIXOTO
ADVOGADO : MARCELO QUEIROZ MENDES PEIXOTO - MG169100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FILLIPE CORDEIRO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** com pedido de liminar impetrado em favor de FILLIPE CORDEIRO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** (RESE n. 1.0417.17.000553-8/001).

O Juízo de primeira instância pronunciou o paciente como incurso no art. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal (fl. 36).

Irresignada, a Defesa manejou o Recurso em Sentido Estrito. O Tribunal a quo negou provimento ao recurso, em acórdão de fls. 49-54, que restou assim ementado:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO- PRONÚNCIA-JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO-DESCCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL-IMPOSSIBILIDADE. 1 - A pronúncia traduz mero juízo de admissibilidade da acusação, bastando a prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. 2 - A decisão de mérito, quando pairam dúvidas acerca da real intenção do agente, cabe ao Soberano Tribunal do Júri popular. 3 - Desprovimento ao recurso é medida que se impõe" (fl. 49).

O impetrante alega que *"o motivo fútil não se confunde com ausência de motivos, de tal sorte que se o crime for praticado sem nenhuma razão, o decote da qualificadora é medida que se impõe"* (fl. 8).

Requer a concessão da ordem para a exclusão da qualificadora do motivo fútil da sentença de pronúncia.

Pedido de liminar indeferido às fls. 61-62.

Informações prestadas às fls. 70-85.

Pedido de reconsideração indeferido à fl. 96.

O D. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 105-107, pela denegação da ordem em acórdão que restou assim ementado:

"Habeas corpus impetrado como sucedâneo recursal. Impossibilidade. Ademais, não é o caso de concessão de ofício da ordem. Tentativa de homicídio qualificado. Pretensão de exclusão da qualificadora do motivo fútil da sentença de pronúncia. Inviabilidade. Acórdão atacado que não padece de ilegalidade, uma vez que a confirmação da higidez da sentença de pronúncia na parte em que manteve a qualificadora do motivo fútil baseou-se na existência de suficiente lastro probatório produzido até aquele estágio da persecução penal para a procedência do juízo de admissibilidade da acusação. Inconformismo insuscetível de exame na via estreita do habeas corpus, que não comporta dilação probatória. Juízo de certeza acerca da procedência da qualificadora impugnada que somente compete ao Conselho de Sentença. Parecer pelo não conhecimento do writ e, caso ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem" (fl. 105).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Busca-se, a Defesa, a exclusão da qualificadora do motivo fútil da sentença de pronúncia.

A propósito, a sentença de pronúncia foi proferida nos seguintes termos:

"No caso em exame, tem-se que as qualificadoras, em princípio,

guardam pertinência com os fatos descritos na inicial acusatória, porquanto, como bem relatado na denúncia e demonstrado nos autos, a vítima não possuía nenhuma desavença com os denunciados, o que torna banal a ação dos denunciados, e, por isto, o crime parece ter sido cometido por motivo fútil.

E também parece que foi utilizado recurso que dificultou a defesa da vítima, vez que esta se encontrava em local público, quando foi surpreendida pelos disparos efetuados em sua direção.

Desse modo, mantenho as qualificadoras articuladas na denúncia, vez que emolduram os fatos denunciados possuindo relação com a dinâmica do evento, e não são manifestamente improcedentes" (fl. 35-grifei).

Em relação à qualificadora, demonstrou o magistrado o liame entre a imputada atuação do paciente e o resultado criminoso, com comedimento na apreciação das provas, apresentando mínima fundamentação para manter a imputação da qualificadora, com a justificativa de preservação do juízo natural do júri.

O Tribunal **a quo** negou provimento à insurgência defensiva sob o fundamento de que *"as qualificadoras guardam sintonia com o conjunto probatório até então amealhado, não cabendo nesta fase recursal os seus decotes, posto que o Tribunal do Júri compete decidir acerca da procedência ou improcedência das mesmas"* (fl. 54).

Como se vê do acima exposto, no que diz respeito ao pedido de afastamento da qualificadora (motivo fútil), tanto o Juízo de 1º grau quanto o Tribunal **a quo** decidiram pela incidência da aludida qualificadora, em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual apenas podem ser excluídas, da sentença de pronúncia, as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes, até mesmo para não se incorrer em excesso de linguagem, uma vez que, ao Tribunal do Júri, reserva-se o pleno exame dos fatos da causa.

Na hipótese, a qualificadora atinente ao eventual cometimento do delito por motivo fútil não se afigura absolutamente destituída de lastro

probatório. Portanto, ausente qualquer nulidade.

Nesse contexto, a decisão atacada atingiu a finalidade exigida, afirmando a presença da seriedade da acusação para o Tribunal do Júri, do imputado crime de homicídio qualificado.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA NÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. NÃO CABIMENTO. VINGANÇA. QUALIFICADORA DO MOTIVO TORPE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

2. Na pronúncia, que não encerra juízo de procedência acerca da pretensão punitiva, somente se admite a exclusão de qualificadoras quando manifestamente improcedentes ou descabidas, sob pena de afrontar a soberania do Júri, o que não se verifica no caso concreto, mormente quando relatado na própria denúncia que o crime foi cometido por vingança, sendo considerada qualificadora do motivo torpe pela jurisprudência firme desta Corte.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 523.029/PE, Sexta turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe 03/12/2019-grifei.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGADA CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL MEDIANTE AGRESSÕES. MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE ADVOGADO NA FASE POLICIAL. JUNTADA TARDIA DE DEPOIMENTO TESTEMUNHAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE SOLTO. QUESTÃO PREJUDICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. *Mostra-se inadmissível reconhecer a alegada coação exercida para obter a confissão extrajudicial do acusado, pois para tanto necessário o revolvimento aprofundado do conjunto de provas obtido no processo principal, inadmissível na via estreita do remédio constitucional (HC 120.313/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 24/3/2009, DJe 20/4/2009)* 3. *Assim, inexistindo evidências de que o paciente tenha sido agredido na delegacia para ser obtida sua confissão, não é da competência desta Corte Superior verificar se a confissão extrajudicial se deu mediante espancamentos e agressões.*

4. *Em respeito ao princípio do juiz natural e da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, somente é cabível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente improcedentes e descabidas, porquanto a decisão acerca da sua caracterização ou não deve ficar a cargo do Conselho de Sentença (HC 231.884/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 20/3/2014, DJe 27/3/2014* 5. *No caso, as qualificadoras ainda serão apreciadas pelo Tribunal do Júri, cujo julgamento foi adiado para o dia 0 dia 20/3/2019, segundo informações no site do Tribunal.*

6. *Sobre as questões relativas ao alegado cerceamento de defesa - ausência de assistência de advogado na fase inquisitorial e juntada tardia de depoimento testemunhal -, o Tribunal nada disse, o que impede esta Corte de pronunciar a questão de forma direta, sob indevida supressão de instância.*

7. *O ponto referente à prisão preventiva do paciente encontra-se prejudicado, porquanto foi ele solto no dia 19/12/2018, segundo informações no site do Tribunal de origem.*

8. *Habeas corpus não conhecido."* (HC 469.312/RS, **Quinta turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJE 20/02/2019-grifei)

"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. *O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm admitido o habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais, quando manifesta a ilegalidade ou sendo teratológica a decisão apontada como coatora.*

Superior Tribunal de Justiça

2. Da análise da sentença de pronúncia, depreende-se que foram abordados os necessários requisitos de autoria e materialidade. Em relação à qualificadora, como os depoimentos dos autos não foram suficientes para afastar de forma absoluta a verdade dos fatos alegados na denúncia, essa situação serviu para fundamentar o encaminhamento do processo ao julgamento pelo Júri. Sentença de pronúncia devidamente fundamentada.

3. Nesta Corte, firmou-se entendimento de que a exclusão de qualificadoras constantes na pronúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedente e descabida, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida.

4. Habeas Corpus não conhecido." (HC 212.115/RJ, Quinta turma, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, DJe 29/08/2016-grifei.)

Não constato, pois, constrangimento ilegal a ser sanado pela via do presente *writ*.

Ante o exposto, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

P.I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator